

Evento: XXI Jornada de Extensão
ODS: 10 - Redução das desigualdades

ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS E TRANSGÊNEROS (LGBT+) NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)¹

COMPREHENSIVE CARE FOR LESBIANS, GAYS, BISEXUALS AND TRANSGENDERS (LGBT +) IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)

**Maique Rodrigues Vieira², Eduarda Vitória Storch³, Gabriela Seibert⁴, Roseana Machado
Dantas⁵, Tanise Valéria Argilar⁶, Moane Marchesan Krug⁷**

¹ Trabalho apresentado para disciplina Atividade em Saúde Pública I da Residência Multiprofissional em Saúde da Família Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ/Fundação Municipal de Saúde - FUMSSAR

² Cirurgião-Dentista. Graduado pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC e residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família UNIJUÍ/FUMSSAR.

³ Enfermeira. Graduada pela Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM e residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família UNIJUÍ/FUMSSAR.

⁴ Farmacêutica. Graduada pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família UNIJUÍ/FUMSSAR.

⁵ Nutricionista. Graduada pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família UNIJUÍ/FUMSSAR.

⁶ Assistente Social. Graduada pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ e residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família UNIJUÍ/FUMSSAR.

⁷ Profissional de Educação Física. Graduada pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, mestre em Educação física pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, doutora em Educação física pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família UNIJUÍ/FUMSSAR.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento das políticas inclusivas dentro do Sistema Único de Saúde - SUS têm-se desenvolvido por meio de amplas discussões e elaborações de políticas descentralizadas, que visam eliminar a discriminação e o preconceito institucional, bem como, contribuir para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

A Política Nacional de Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - PNSLGBT+ é um marco histórico que reconhece e legitima as necessidades e as especificidades desta população, em condição de vulnerabilidade. Assim, o movimento LGBT+ traz expansão de ideias, cujas reflexões e práticas ativistas têm promovido importantes mudanças de valores na sociedade brasileira. Essas mudanças deram visibilidade política para os problemas, tanto da vida privada, como das relações sociais que envolvem as pessoas LGBT+ no âmbito do SUS (BRASIL, 2013; POPADIUK, 2017).

A ampliação desta demanda, solicita ao estado e aos serviços públicos de saúde um tratamento diferenciado a vida dessas pessoas, com suas singularidades e particularidades, proporcionando atendimentos especializados que compreendam suas necessidades, inclusive de transformação corporal como necessidades a serem contempladas no processo saúde e doença (ROCON, 2018). A falta de preparo, o medo, as crenças/posicionamentos individuais e principalmente a recusa em tratar este tema são empecilhos para a discussão integral que o tema exige, o que acaba por transformar a discussão do acesso numa redundância limitada apenas ao aspecto biológico (HONORATO, 2020).

Evento: XXI Jornada de Extensão

ODS: 10 - Redução das desigualdades

Com base no exposto até o momento, esse texto visa apresentar um mapa conceitual elaborado com a temática da Atenção Integral à Saúde da População LGBT+ e as abordagens do SUS, bem como a discussão dos elementos estratégicos de controle social que configuram a construção histórica deste movimento.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como estudo qualitativo descritivo a partir de revisão bibliográfica de documentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, bem como artigos e revistas indexados no Portal de Periódicos da CAPES.

O mesmo foi elaborado a partir das pesquisas realizadas para a construção do mapa conceitual acerca da temática, que integrou parte dos processos avaliativos para a disciplina Atividades em Saúde Pública I, do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ e Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa/RS - FUMSSAR, sendo desenvolvido pela equipe multiprofissional de residentes que atuam na Atenção Primária de Saúde.

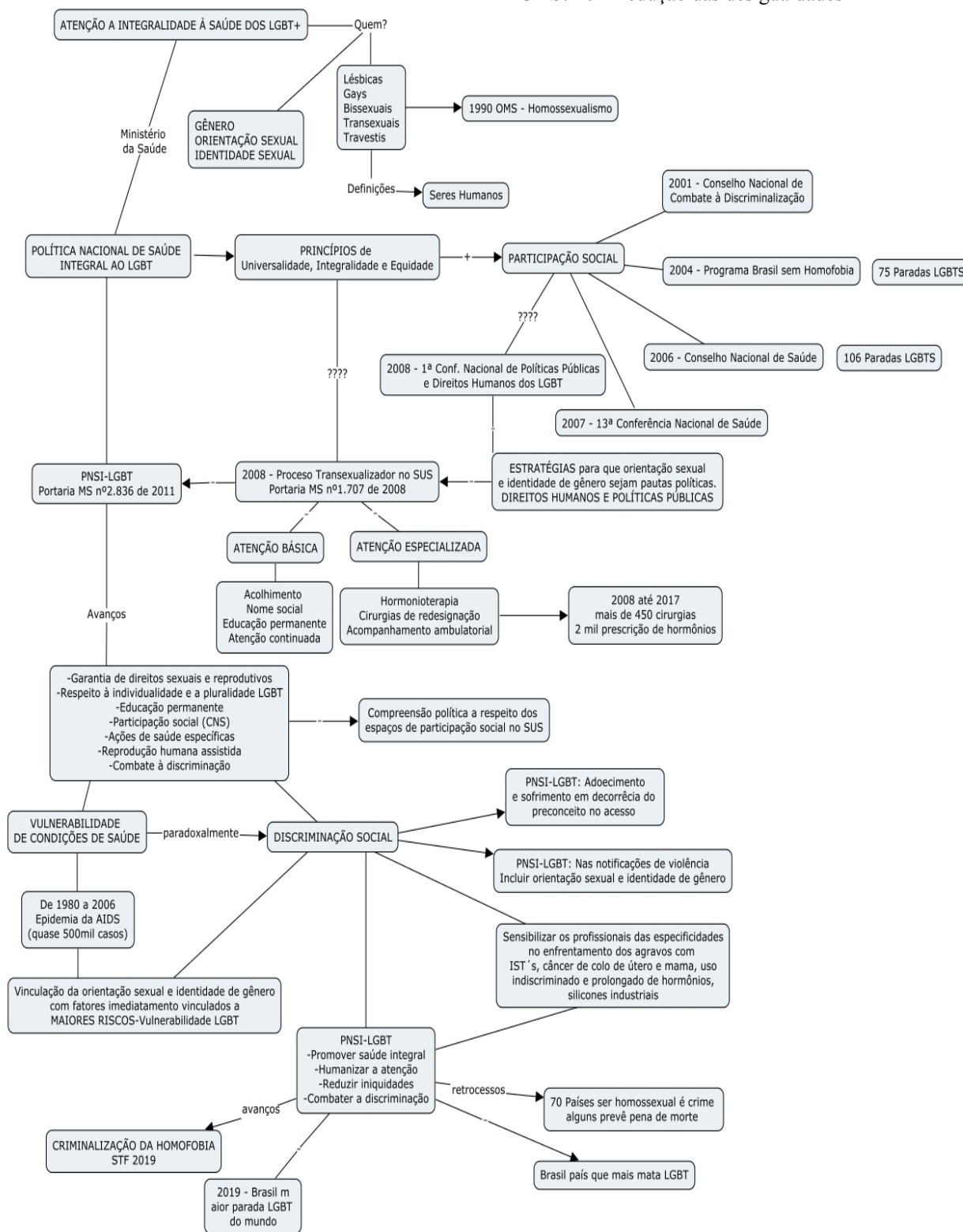
A temática abordada desenvolve-se a medida que o acesso desta população, com suas especificidades, não é pautada nos processos formadores dos profissionais de saúde, vislumbrando assim, um campo de atuação que requer conhecimento de novos conceitos, instigando a pesquisa e a reflexão acerca do processo histórico e de acesso destes sujeitos.

RESULTADOS

Na figura 1 pode-se visualizar o mapa conceitual Atenção Integral à Saúde da População LGBT+ pautado na pluralidade que envolve o acesso desta população nos serviços de saúde, ordenando a participação social como mecanismo disparador para a garantia de direitos, pautados nos princípios de universalidade, integralidade e equidade que regem o SUS.

Figura 1. Mapa conceitual sobre Atenção Integral à Saúde da População LGBT+

Evento: XXI Jornada de Extensão
ODS: 10 - Redução das desigualdades



No Brasil o embate ao desprezo e a homossexualidade agravou-se a partir dos anos 90 quando a comunidade LGBT+ reivindica direitos como: políticas públicas que assegurem seus direitos por

Evento: XXI Jornada de Extensão

ODS: 10 - Redução das desigualdades

saúde, redução da violência, penas para homofóbicos, reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, distribuição de material educacional sobre a comunidade LGBT em escolas, dentre outras situações, que geram um desconforto social, como se uma ditadura gay viesse a se instalar. Outra situação de embate constante, e muito atual, se refere as visões de caráter religioso-políticas, visto que ainda hoje a homossexualidade é considerada por muitos como o mais sujo e desonesto pecado, que reverbera o tamanho da violação diária dos direitos como cidadãos devido a sua orientação sexual (HONORATO, 2020).

Para que se obtivesse a garantia desses direitos, movimentos históricos de participação social legitimam as paradas de orgulho LGBT+, trazendo expressões como o combate à discriminação, à luta por respeito à individualidade e à pluralidade LGBT+, destacando-se como a atuação social mais significativa para esta comunidade. Outras representações como a participação da comunidade LGBT+ no Conselho Nacional de Saúde também culminam com conquistas de direitos, como a garantia do Processo Transsexualizador - PrTr no SUS, entendido como condicionante de saúde e a garantia de que orientação sexual e a identidade de gênero sejam incluídas na análise da determinação social em saúde (POPADIUK, 2017).

Diante do cenário histórico crescente da mobilização social assegurada a população LGBT+, o Ministério da Saúde, tratando da normatização que visa resgatar os princípios da universalidade do acesso e a integralidade na atenção, especificamente em relação às dimensões físicas e psicossociais implicadas no processo de transformação fenotípico e social característico à transexualidade, incorporou na tabela de procedimentos do SUS os procedimentos transgenitalizadores. Fato este que representa importante avanço na promoção da saúde da população trans, reconhecendo as transformações corporais como necessidade em saúde. (BRASIL, 2008).

A criação do PrTr no SUS problematizou a atenção à saúde de pessoas transexuais, restritas ao custeio de procedimentos médico-cirúrgicos, focados nas cirurgias de transgenitalização, para mais tarde, entender este processo como muito mais amplo e não unicamente baseado na cirurgia, ofertando cuidados também a saúde biopsicossocial dos sujeitos, sendo assegurado acompanhamento psicológico, a inclusão da hormonioterapia, o acompanhamento ambulatorial dos usuários, entre outros (ROCON, 2018).

A questão de saúde pública para LGBT+ abarca uma série de aspectos que reverberam o tamanho da violação diária de seus direitos como cidadãos devido a sua orientação sexual. Há inclusive determinantes sociais que são velados e incompatíveis com a qualidade de vida dos sujeitos, como a prostituição, a violência, a marginalização e a transfobia (MANDARINO, 2019).

O acesso aos serviços transgenitalizadores no Brasil apoiam-se em estereótipos binários de gêneros e pela instituição da heterossexualidade compulsória e naturalizada, que exige e regula esta relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, como necessária a este processo (ROCON, 2018).

Assim, se faz extremamente necessária a interlocução da PNSLGBT+ com inclusão do tema da livre expressão sexual na política de educação permanente no SUS, para assim qualificar os profissionais de saúde, reconhecendo as especificidades da população LGBT+. Essas ações visam desenvolver estratégias que construam abordagens e intervenções específicas para esta população, e assim, humanizar o atendimento, livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores,

Evento: XXI Jornada de Extensão

ODS: 10 - Redução das desigualdades

usuários das unidades de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana (BRASIL, 2013).

A Atenção Básica é o componente da Rede de Atenção à Saúde - RAS responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população que está sob sua responsabilidade, adstrita, além de ser a porta de entrada prioritária dos usuários na rede. Não há como se pensar em ampliação de acesso e no estabelecimento de vínculo se o acolhimento aos usuários não possuir caráter integrativo e empático, necessitando assim da formação de profissionais capazes de se despir de seus próprios preconceitos.

CONCLUSÃO

Há que se reconhecer a complexidade dos determinantes sociais da vida e da saúde das pessoas, para isso é necessária a implementação de políticas públicas que diminuam o estigma e contribuam com o processo saúde-doença, mais apropriadas e pautadas em ações de saúde específicas para estes sujeitos.

Pertinente seria a implementação de políticas intersetoriais, bem como investimentos em formação profissional focada no desenvolvimento de competências, possibilitando maior eficácia da PNSLGBT+. Nesse sentido os esforços requerem o envolvimento dos movimentos sociais e do controle social para efetivação do respeito à diversidade junto ao SUS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707/GM de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Diário Oficial União 18 Ago. 2008.
- Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.
- HONORATO, E.J.S.A. et al. Quando nos levantamos (2017) e a luta no combate a homofobia. *Holos*. a.36, v.1, e.6366. 2020.
- MANDARINO, A.C.S., et al. (In)visibility of the health concerning the LGBT population in the Research Program for the SUS (PPSUS), Brazil. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*. v.13, n.3, p.482-495. 2019.
- POPADIUK, G.S. et al. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência e Saúde Coletiva*. v.22, n.5, p.1509-1520. 2017.
- ROCON, P.C. et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface (Botucatu)*. v.22, n.64, p.43-53. 2018.

Parecer CEUA: 4338191018

Parecer CEUA: 3.104.922/2019